O problema da narrativa na historiografia:
dos antigos desencontros às recentes convergências

MARCUS VINÍCIUS DE MOURA TELLES*

Ao longo do século XX, nas mais diversas áreas de conhecimento, a linguagem deixou a condição de figurante para receber um progressivo papel de destaque. Tornou-se, segundo Manfredo Araujo de Oliveira, a "esfera de fundamentos" de todo o pensar: a pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento confiável, característica da filosofia moderna, foi substituída por outra, a pergunta pelas condições de possibilidade de sentenças intersubjetivamente válidas a respeito do mundo (OLIVEIRA, 2006: 12-13, 417). Em termos ora triunfais, ora apocalípticos, muito se discutiu sobre o impacto deste movimento – conhecido como *linguistic turn* – na historiografia. Afinal, a idéia de que a linguagem *constitui* aquilo que pretende apenas *descrever*, como defenderam alguns de seus teóricos (BARTHES, 2004; DERRIDA, 1973; FOUCAULT, 1996, 2000; HARLAN, 1989; JENKINS, 2000; MUNSLOW, 2009; WHITE, 1992, 1994, 1995, 2000) implica em mudanças nos níveis mais básicos do ofício do historiador. Uma das manifestações do *linguistic turn* na disciplina histórica é aquilo que, doravante, chamaremos de *debate acerca da narrativa histórica:* um rio cujas nascentes remontam, por um lado, à filosofia anglo-saxônica, e, por outro, ao estruturalismo francês, e cujas águas correram paralelamente, com pouca influência recíproca, até a publicação de *Meta-História*, por Hayden White, em 1973.

O impacto das discussões na historiografia[1] não foi imediato, e a própria recepção de obra de White o mostra. *Meta-História* foi recebido com frieza nos anos seguintes à sua publicação. Segundo R. Vann, a maior parte de suas primeiras resenhas (40%) foi escrita por historiadores, mas, com o tempo, White atraiu maior interesse de outras áreas e menor desta. As resenhas às suas obras seguintes – *Trópicos do Discurso* e *The Content of Form* – numerosas numa contagem geral, foram raras em publicações

* Especialista em Estudos Literários (UFJF). Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta pesquisa conta com apoio da CAPES.

[1] A fim de facilitar a exposição, esperamos que o leitor/ouvinte tenha em mente que, por termos generalizantes como "historiografia" e "historiadores", referimo-nos especificamente a parcelas específicas de seus representantes ocidentais: quase sempre, aquela influenciada pelo movimento dos *Annales*, ele próprio bastante heterogêneo.

voltadas para historiadores: entre 1973 e 1993, apenas 15% das citações a White são provenientes da área de História. Por outro lado, para Vann, White é possivelmente o historiador de sua geração que possui citações em um maior número de áreas (1998: 147-148). Como *Meta-História* passou despercebido na França na década de sua publicação, R. Chartier (2002: 101) lamenta o "encontro fracassado", no início da década de 1970, entre White e outros dois teóricos que colocavam a *escrita* da história em questão: Paul Veyne e Michel de Certeau. No caso deste último, a difusão é um tanto mais rápida, favorecida pela inclusão de seu artigo *A operação histórica* na obra coletiva *Faire de l'histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974. No caso de White, uma recepção mais calorosa se daria a partir da década seguinte, de modo que, em fins dos anos 1980 e início dos 1990, as citações a seus textos chegariam a centenas por ano (VANN, 1998: 146). A mudança não é acidental: indica o crescente interesse quanto à narrativa histórica, tema no qual a obra de White é tão central que seria um esforço desnecessário a multiplicação de referências.

Mesmo os historiadores menos inclinados às discussões teóricas certamente familiarizaram-se com o tema quando, em 1979, Lawrence Stone publicou o sintomático *The revival of narrative: reflections on a new old history* na *Past and Present*. Stone apontava que em um pequeno, porém significativo, grupo de historiadores, eram detectáveis consideráveis mudanças na forma de produzir a história: os diferentes modelos de história científica encontrar-se-iam em crise, forçando os historiadores de volta ao "princípio da indeterminação". As mudanças, na visão de Stone, eram muitas: as questões centrais passavam das circunstâncias ao redor do homem para o homem nas circunstâncias; os problemas estudados, do econômico e demográfico ao cultural e emocional; a antropologia e a psicologia substituíam a sociologia, a economia e a demografia como ciências sociais mais influentes; o tema deixava de ser o grupo e passava a ser o individual; os modelos de mudança histórica passavam do estratificado e monocausal para o interconectado e multicausal; a metodologia, da quantificação coletiva ao exemplo individual; a organização, da analítica para a descritiva; e a função do historiador, da científica para a literária (1979: 8-12, 23-24).

Se a narrativa adentrou, desde então, o mundo historiográfico, é bem verdade que a comunicação mútua entre seus representantes "de ofício" e os teóricos foi escassa.

Se outrora os historiadores haviam "renuncia[do] à narrativa, sem nunca colocar a questão da narrativa enquanto tal" (HARTOG, 1998: 196), agora supostamente a faziam ressurgir sem, novamente, colocar tal questão. Como o próprio Stone reconhecia, a palavra "narrativa" era inadequada para descrever o vasto conjunto de mudanças na natureza do discurso histórico (1979: 23); tratava-se apenas de uma "abreviação cômoda" (HARTOG, 1998: 194).

Buscaremos, a seguir, traçar as linhas gerais daquilo que consideramos ser duas etapas distintas da relação entre historiadores e a teoria da narrativa a partir do século XX: um prolongado período de afastamento, na qual narrativa era associada à *histoire événementielle*, seguido de um período de notáveis convergências entre as tendências historiográficas e as teóricas.

Duas advertências devem ser feitas: (1) não se trata de supor a (in)existência de causalidade direta entre as variadas reflexões teóricas, ou entre teoria e prática historiográfica. Cabe-nos, em suma, recordar cautelosamente a afirmação de um historiador: "o fato de que certas idéias estejam no ar significa, afinal, que, partindo das mesmas premissas, é possível chegar de maneira independente a conclusões similares" (GINZBURG, 2007: 270); (2) a utilização conjunta dos termos *historiografia* e *teoria da história* não deve levar o leitor/ouvinte a supor que consideremos ambos como esferas autônomas ou opostos de um binômio. Antes, recorrendo a Rüsen, afirmamos que "a teoria da história é... aquela reflexão mediante a qual o pensamento histórico se constitui como especialidade científica", o que não ocorre "sem um esforço específico de reflexão ao longo do trabalho com os próprios objetos" (2001: 26-27).

Breve síntese do debate teórico

Antes de adentrarmos o tema proposto, faremos uma breve exposição das problematizações acerca da narrativa. A obra de Hayden White é a culminação de uma longa reação ao modelo de Carl Hempel, segundo o qual uma "explicação genuína" só poderia ser alcançada pela utilização de leis abrangentes (*covering laws*), ou, ao menos, de hipóteses gerais universais[2] (1995: *passim*). Seus críticos defenderiam que os

[2] Porém, no caso da história, muitas vezes as análises explanatórias de eventos históricos ofereceriam apenas um *esboço de explicação*: uma "indicação mais ou menos vaga das leis e das condições iniciais consideradas relevantes, e precisa de um 'enchimento' para se transformar numa explicação perfeita" (1995: 435, 424).

historiadores freqüentemente lidam com uma miscelânea de fatores rebeldes à formalização lógica, principalmente quando se trata de explicar *ações*, caso em que "a resposta adequada assume forma narrativa" (DRAY, 1954: 16-17; 1966: 57, 154). É na esteira desta argumentação que, como nos lembra D. Carr (1991: 7), a conexão entre narrativa e história torna-se vívida após publicações quase simultâneas, em 1965, de W. B. Gallie, M. White (1982) e A. Danto (1985). Em seguida, L. Mink viria a atenuar a distância destes filósofos em relação à prática historiográfica, ao argumentar que as conclusões de um texto histórico nunca, ou quase nunca, são destacáveis do restante do argumento, já que seu significado e sua validade referem-se retrospectivamente ao ordenamento da evidência ao longo do argumento como um todo. A confiança da história neste tipo de conclusões – não destacáveis, mas sim ingredientes – a avizinharia da poesia e a diferenciaria da ciência (1966: *passim*).

Como afirma Ricœur, desde então "o problema está posto e atormentará toda uma filosofia literária da história: que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram?" (2007: 53). As tentativas relevantes de resposta partiriam do diálogo com o estruturalismo e o pós-estruturalismo, movimentos que tiveram a história como alvo preferencial, devido à sua campanha contra o *humanismo*, o *sujeito* e o *referente* (CLARK, 2004: 42). Já em 1967, Roland Barthes argumentava em *O Discurso da História* que "o fato nunca tem mais do que uma existência lingüística", e, no entanto, neste tipo de discurso tudo se passaria como se essa existência fosse a cópia do real, que é extra-estrutural. Nesse caso, a estrutura narrativa torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade, criando um *efeito do real*.

A obra de Hayden White incorpora estas duas correntes intelectuais – a filosofia analítica e o estruturalismo –, pondo-a em diálogo com leituras de pensadores como Frye, Vico e Auerbach. Sua idéia central é de que o labor histórico é, manifestamente, "uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os" (WHITE, 1995: 11). É possível discernir duas diferentes tendências abertas por sua obra. Por um lado, teóricos como Frank Ankersmit, David Harlan, Alun Munslow e Keith Jenkins removeriam os resíduos "fundacionais" (ANKERSMIT, 1994: 71) das reflexões de White. O estatuto da evidência, para estes pensadores, modificava-se: "para o modernista, [ela] é uma lajota que ele ergue para ver

o que está embaixo; para o pós-modernista, ao contrário, é uma lajota na qual ele pisa para se mover na direção de outras lajotas: horizontal em vez de verticalmente" (ANKERSMIT, 1994: 171). Uma vez que "não há nada *significativo* 'fora de nossos textos'" (JENKINS, 2000: 186), "conhecer o que aconteceu não diz o que isso significa" (MUNSLOW, 2009: 109). Segue que, em vez da busca vã por um referente inacessível, os historiadores deveriam operar uma "historicização radical da história", tomando por objeto as próprias formas de história que ajudaram a produzir o presente e foram por ele produzidas (JENKINS, 2005: 104-107).

Por outro lado, pensadores diversos como Dominick LaCapra, Paul Ricœur, David Carr e Jörn Rüsen atribuem papel central à linguagem e à narrativa no ofício historiográfico, ao mesmo tempo em que rejeitam à idéia de que o historiador possa se impor sobre seu objeto de estudo. Estes pensadores pensaram a dimensão retórica da historiografia sem eliminar suas pretensões referenciais. Tome-se o exemplo de Rüsen, que defende que o trabalho intelectual da transformação do tempo natural em tempo humano tem como uma de suas manifestações a *ciência histórica*, diferenciada pelo fato de proceder metodicamente a fim de orientar o agir e o sofrer humano no tempo presente. As histórias são especificamente científicas, para este pensador, quando são *narradas de forma continuamente fundamentada*. A historiografia tem de apresentar, mediante a pesquisa, o tempo interpretado de maneira que se torne parte da vida (2001: *passim*).

Discernidas – ainda que um tanto arbitrariamente – estas duas tendências de continuadores do pensamento de White (embora, evidentemente, tributárias de tradições intelectuais diversas), é hora de voltarmos nossa atenção aos historiadores.

A narrativa entre os historiadores[3]

Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram na França a revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Desde sua primeira geração, seus historiadores marginalizaram a narrativa em detrimento da "história-problema", como ilustra o clamor tardio de Febvre: "Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não

[3] Nesta seção, lidamos com textos programáticos e/ou teóricos dos historiadores citados, bem como análises historiográficas. Uma questão relevante, mas que escapa ao escopo deste trabalho, é a da relação entre estas reflexões e a produção historiográfica destes autores.

automática, mas sim problemática" (1989: 49). Eis o comentário de Ricœur sobre Bloch (1994: 144): "É notável que, na *Apologia da História*, a narrativa só apareça como uma das espécies de testemunho que o historiador faz a crítica, a saber, os testemunhos intencionais, destinados à informação do leitor, e nunca como a forma literária da obra que o historiador escreve".

Ao romper com a *histoire événementielle*, os *annalistes* modificavam a concepção tradicional de tempo histórico, que passava a possuir múltiplas camadas (BRAUDEL, 12; IGGERS, 2003: 51). Fernand Braudel, figura central da chamada "segunda geração", concebia três diferentes níveis de temporalidade: o tempo breve, "a mais caprichosa, a mais enganadora das durações"; a conjuntura, um nível intermediário; e a estrutura, um nível profundo, semi-imóvel, a partir da qual "todos os níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem" e ao redor da qual tudo gravita (1982: 11-17). A abordagem de Braudel tem como corolário que "uma história dos acontecimentos, uma história factual, só pode ser uma história narrativa", de modo que "história política, história factual, história narrativa são a partir de então expressões quase sinônimas" (RICOEUR, 1994: 147). Daí que, para um crítico ríspido de Braudel como A. Gurevitch, "Bloch e Febvre batalharam contra a história factográfica sem problemas, mas dificilmente tinham a intenção de acabar em linhas gerais com a história dos acontecimentos", enquanto Braudel e seus seguidores manifestaram-se categoricamente contra a "história-narração", de modo que "da história passou a evaporar o mais essencial sobre o que Febvre e Bloch haviam escrito de modo tão convincente e persistente – o seu conteúdo vivo, humano" (2003: 99).

A "terceira geração" dos Annales, após participar do entusiasmo geral pela quantificação, acabou por voltar-se para a antropologia histórica (IGGERS, 2005: 61). Para Le Goff, este diálogo obrigava o historiador "a recorrer a uma diferenciação dos tempos da história e a dar especial atenção a esse domínio de longa duração, a esse tempo quase imóvel" de Braudel, levando "naturalmente" o historiador ao estudo das mentalidades (1993: 315-317). Estas, definidas em 1974 como "um domínio a ser desbravado" pelos historiadores, eram "aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história" (LE GOFF, 1995: 72; também: LE GOFF, 1993: 317). Para Le Goff, o diálogo com a etnologia "conduz a uma supressão radical do acontecimento, realizando assim o ideal de uma história não factual; ou

melhor, propõe uma história feita de acontecimentos repetidos ou esperados" (1993: 315). Ao mesmo tempo, porém, o medievalista defendia que conceber a história paralisada equivaleria a negá-la (2005: 11). Desta forma, "especialista da mudança... o historiador deve desconfiar de poder tornar-se insensível à mudança" (1993: 323). Em *A Civilização do Ocidente Medieval*, o oxímoro é facilmente identificável. Le Goff identifica drásticas mudanças entre os séculos X e XIII, período no qual concentra a maior parte de sua análise; e, ao mesmo tempo, fala em uma "longa Idade Média" situada entre os séculos III e meados do XIX, aproximadamente. Dessa forma, a Idade Média de Le Goff pretende-se "fortemente enraizada na longa duração" sem deixar de estar "animada por um vivo movimento" (2005: 12).

Teriam os historiadores sucedido em sua empreitada contra a "história narrativa"? Em sua análise d'*O Mediterrâneo*, Ricœur responde negativamente, argumentando que "*juntos*, os três níveis da obra constituem uma quase-intriga... dividida em muitas sub-intrigas", a saber, o "declínio *[do Mediterrâneo]* como herói coletivo na história mundial" (1994: 304-306). No caso dos textos da "terceira geração", como mostra Philippe Carrard (1992: 47), um padrão de escrita consiste em dividir a longa duração em um certo número de fases, que são caracterizadas de forma sucessiva e postas em conjunto para constituir uma narrativa. Trata-se de uma "narrativa de estágios", não de eventos, mas ainda assim de uma narrativa.

Quatro anos após Barthes anunciar, em 1967, que *a narração histórica morria*, "porque o signo da História é doravante menos o real do que o inteligível" (2004: 163-180), os trabalhos de Paul Veyne e Michel de Certeau empurrariam o pêndulo para o lado oposto, dando novo impulso à tematização da narrativa histórica. Em pleno ano de 1971, Veyne dedicou-se a compreender *Como se Escreve a História*, afirmando logo de início que "a história é uma narrativa de eventos [verídicos]", cujo conteúdo provém de "cortes que realizamos livremente na realidade": afinal, "já que tudo é histórico, a história será o que nós escolhemos" (1998: *passim*). Veyne, como nota Ricœur, faz desaparecer "o problema da relação entre compreensão e explicação" (1994: 246). A explicação histórica é sublunar, sua causalidade é concreta, nunca científica. As tramas do historiador, por serem humanas, têm resultados também humanos: "em história, explicar é explicitar" (1998: 52, 54, 83). Porém, a visão de Veyne segundo a qual "a atitude contemplativa não se confunde com a atitude prática" (1998: 47) viria a ser

atacada por Certeau. Para ele, ocorre exatamente o oposto: a "operação historiográfica" se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*. Esta prática é inteiramente relativa à estrutura da sociedade na qual funciona, e a pesquisa está circunscrita pelo lugar, que define uma conexão do possível e do impossível. Mas, se a pesquisa histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta, é também, ela própria, uma prática social, e funciona como uma imagem invertida: toda historiografia coloca um *tempo das coisas* como um contraponto e a condição de um *tempo discursivo* (2002: *passim*).

Já nos anos 1970, desenhava-se uma crise de confiança quanto à então dominante abordagem científica, macro-social, estrutural, que acabava por negligenciar a experiência dos atores sociais e eliminar eventuais anomalias (GINZBURG, 2007; REVEL, 1998). A percepção da mudança foi exposta por L. Stone no já citado artigo, e logo se difundiria. Fora do meio acadêmico francês, por exemplo, a *presidential adress* de Bernard Bailyn na *American Historical Review*, lida em dezembro de 1981, é um exemplo, ainda que este autor, ao contrário de Stone, não identificasse ainda um ressurgimento da narrativa. Sua preocupação residia na proliferação da historiografia propiciada pelo uso de computadores: para ele, o resultado havia sido o obscurecimento, não a iluminação, dos temas centrais da história ocidental. Bailyn defendia que "o grande desafio da historiografia acadêmica moderna" era a elaboração de novas estruturas narrativas, "dominadas por um senso de movimento pelo tempo, incorporando os estudos técnicos, e devotadas a mostrar como o mundo presente foi moldado pela sua emergência a partir de um passado muito diferente e, portanto, concentrada em transições críticas do passado na direção do presente" (1982: 1-7).

Outra resposta à crise da história estrutural foi a micro-história, que buscou, através de uma mudança de enfoque – "jogos de escalas" (REVEL, 1998) – superar tais limitações. Esta mudança – afirmava Ginzburg em 1979 – pretendia abrir a possibilidade de pôr em causa os velhos paradigmas e ajudar a fundar novos, mais articulados e mais ricos. Porém, a micro-história – e, de modo geral, boa parte dos representantes da "terceira geração" *annaliste* – seria freqüentemente lida de outra maneira: como uma rejeição às pretensões totalizantes da disciplina histórica em detrimento de uma "história em migalhas", conformista, mesmo irracionalista (CARDOSO, 1988; DOSSE, 2003; FONTANA, 2004).

Esta leitura se dá em um contexto histórico específico. Em 1979, J.-F. Lyotard anunciava que o Ocidente, incrédulo diante das metanarrativas às quais a ciência moderna recorreria para legitimar-se, atingia a "condição pós-moderna" (1986, XV-XVI). A percepção de Stone, no mesmo ano, apontava para a mesma direção, avaliando o retorno à narrativa como "o fim da tentativa de produzir uma explicação científica coerente da mudança no passado"[4] (1979: 19). Assim – com semelhante opinião e dessemelhante empolgação em relação a Stone – Ankersmit escreveria em 1989 que a escrita da história havia "chegado ao nível em que a fronteira entre reconstrução (do passado) e invenção (no presente) é superada e os contornos do objeto histórico são dissolvidos". Para ele, enquanto "a tradição essencialista na historiografia ocidental centrou a atenção dos historiadores sobre o tronco da árvore", as novas direções historiográficas – chamadas de pós-modernistas – não mais centravam suas escolhas "sobre o tronco ou nos ramos, mas nas folhas da árvore" e seu "objetivo não é mais integração, síntese e totalidade", mas sim "os restos históricos" (1994: 156; 176-177).

Que os ventos pós-modernos chacoalharam as árvores historiográficas, não há dúvidas. Mas, para Ginzburg, não é justificável que sua própria abordagem seja referida como parte do processo. Em resposta a Ankersmit, o italiano insistia que, para a micro-história, a acentuação da construção inerente à pesquisa se unia à rejeição explícita de tais "implicações céticas" (2007: 275-276). Tratava-se, antes, de aproveitar "a oportunidade [oferecida pela documentação] de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais" (1987: 26). "As hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)" (2007: 265). Para outro adepto da micro-história, G. Levi, o restabelecimento da narrativa não deveria ser encarado meramente em termos da escolha entre história qualitativa e quantitativa, como fizera Stone. Para Levi, a função particular da narrativa pode ser resumida em duas características: a exibição do relacionamento entre os sistemas normativos e a

[4] Desde o início, porém, o significado do "ressurgimento da narrativa" gerou variadas reações. Em debate com Stone, Hobsbawm argumentou que a maioria dos historiadores continuava crente na possibilidade de generalizar e interessada nos "grandes porquês". A "nova história" deveria ser vista mais como complementar que como substituta da análise das estruturas e tendências socioeconômicas. Em seus termos: "É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isso não significa necessariamente que eles rejeitem os telescópios como antiquados" (1998: 202-206).

liberdade de ação dos indivíduos nas brechas que necessariamente compõem estes sistemas; e a incorporação, ao corpo principal da narrativa, dos procedimentos da pesquisa em si, das limitações documentais, das técnicas de persuasão e das construções interpretativas. Assim, o ponto de vista do historiador torna-se parte intrínseca do relato; o processo de pesquisa, as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento não estão mais ocultas; o leitor é envolvido em um diálogo construtivo (1992: 152-153).

Historiadores e teóricos: convergências

Na obra destes autores, portanto, já é visível a compreensão da narrativa como algo mais do que um mero veículo não-problemático pelo qual o historiador exporia os resultados de suas pesquisas. Uma nova possibilidade estava aberta: a de utilizar modelos narrativos oriundos da literatura. No início dos anos 1990, Ginzburg afirma que a figura do historiador-narrador onisciente, pouco a pouco aceita como óbvia, "é apenas uma das muitas possíveis, como os leitores de Marcel Proust, de Virgínia Woolf, de Robert Musil sabem, ou deveriam saber, muito bem" (2007: 265). A argumentação de Ginzburg converge com o ensaio *O Fardo da História*, publicado em 1966 por Hayden White. Nele, o crítico afirmava que os artistas e cientistas contemporâneos hostilizavam os historiadores devido à concepção ultrapassada de arte e de ciência por estes adotadas: a de ciência social do fim do século XIX e de arte de meados do século XIX. Os historiadores de sua geração, para ele, tinham a obrigação colocarem-se "em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo", promovendo a assimilação da história a um "tipo superior de investigação intelectual", fundada numa percepção mais das semelhanças entre a arte e a ciência que das suas diferenças. Para fazê-lo, os historiadores deveriam lançar mão das modernas técnicas artísticas disponíveis (1994: 43-57). White e Ginzburg apresentam, portanto, convergências quanto ao uso de técnicas narrativas modernistas, e, simultaneamente, irreconciliáveis divergências de caráter epistemológico. É a partir desta divergência central que Ginzburg realizará suas críticas subseqüentes a White[5].

[5] Em *Relações de Força*, Ginzburg liga White (e Barthes) à posição de que "a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade" (2002). A retórica, como concebida por White, difere da apontada por Ginzburg. White afirma que, embora "tenha sido ensinado que a retórica é uma coisa ruim, que é imoral, que não se interessa pela verdade, mas pela persuasão", sua concepção é derivada de Vico, com quem percebeu a possibilidade de ver a

Em sintonia com White e Ginzburg, P. Burke inventariou, em 1992, possibilidades de uso de novas formas literárias para a historiografia, visando superar a oposição entre historiadores "descritivos" e "estruturais". Primeiramente, poderia ser possível tornar os conflitos bélicos mais inteligíveis narrando-as de mais de um ponto de vista. Em segundo lugar, apresentando explicitamente sua voz como uma dentre outras, o historiador pode advertir o leitor quanto à sua parcialidade; complementarmente, se o modo como a narrativa termina influencia a interpretação do leitor, uma possibilidade é proporcionar finais alternativos. Em terceiro lugar, seria possível problematizar a relação entre estruturas e acontecimentos com a narração de histórias sobre pessoas comuns; a escrita de frente para trás; e as lições extraídas de M. Sahlins sobre a relação dialética entre cultura e acontecimento: os "estruturalistas" seriam levados a reconhecer o lugar dos acontecimentos no processo de "estruturação"; os "descritivos", a examinar a relação entre os acontecimentos e a cultura em que eles ocorrem. Burke, por fim, defende que não apenas as técnicas de ficção do século XX, mas também as do cinema poderiam ser úteis aos historiadores (1992: *passim*).

Parece seguro afirmar que, embora propostas como as de Burke sejam válidas, as narrações historiográficas ainda não incorporaram seu uso em quantidade relevante. Porém, por outros meios, a disciplina acentuou seus contatos com a teoria da narrativa. Ocorre que, desde as últimas décadas do século XX, a historiografia presenciou um crescente interesse pela *experiência*; interesse que pode ser notado ainda hoje, conforme o mapeamento feito por Iggers de suas principais tendências em 2005: a preocupação com o tema da linguagem; a rejeição ao etnocentrismo ocidental e à idéia de progresso; o alargamento das esferas do político e do social, mais abertas a elementos culturais; a presença de relações de poder na vida cotidiana; e o crescente papel dos estudos sobre a memória (2005: 149-160).

Ora, estas tendências demandam do historiador todo um aparato teórico que, na historiografia tradicional, mantinha-se deslocado. Assim, acaba-se por desenhar uma até então inaudita convergência entre, por um lado, as reflexões teóricas sobre a narrativa e, por outro, a prática historiográfica. Vejamos o caso dos estudos acerca da memória. Em

---

retórica não como arte de persuasão, mas como ciência do discurso (DOMANSKA, 1994: 98). Em *Just One Witness*, Ginzburg opõe aos argumentos de White a afirmação de que "uma leitura diferente da documentação disponível influi imediatamente sobre a narração"; porém, compromete o sucesso de seu texto ao buscar associações entre H. White a G. Gentile, não sem antes lembrar-nos das "intimas relações" deste último com o fascismo.

primeiro lugar, como afirma Márcia M. D'Alessio, a profusão deste campo de estudos modificou a escrita histórica, pois "as emoções do lembrar e seu uso pelo historiador desmancham a rigidez da reflexão científica e a aridez de seu discurso", de modo que "a presença do interlocutor passa a fazer parte da composição do texto" (2001: 60, 69; também: POLLAK, 1989; 2002). Em segundo lugar, as fontes típicas deste tipo de estudos: as fontes orais, por exemplo, demandam um tratamento próprio, devido à sua natureza simultaneamente objetiva e subjetiva (THOMPSON, 2002). Conseqüentemente, sua leitura e sua apresentação devem escapar ao modelo que Dominick LaCapra chamou de "documentário". Voltaremos a este ponto em breve. Em terceiro lugar, a convergência se dá devido às problemáticas típicas dos eventos *traumáticos*, um dos mais destacados nos estudos memorialísticos, cujas tentativas de resposta muito freqüentemente dialogam com a teoria da narrativa: como permitir que o testemunho da vítima chegue ao leitor (FRIEDLÄNDER: 1994; 2000; WHITE: 2000, 2004; SELIGMANN-SILVA: 2003)? Como narrar a perspectiva dos perpetradores (BROWNING, 1998; GOLDHAGEN: 1996)? Quais são os "limites da representação" deste tipo de eventos (FRIEDLÄNDER, 1992)?

A argumentada convergência é perceptível também nas trajetórias recentes de teóricos diversos como Ricœur, Carr, LaCapra, Rüsen, White e Ankersmit. No outono de sua vida, Ricœur (2007: 17) ocupou-se destes "níveis intermediários entre tempo e narrativa" que são a memória e o esquecimento. Carr tem desdobrado da argumentação de *Time, Narrative, and History* para temas como a historicidade dos agentes históricos (2001), as antigas filosofias da história (*in* ANKERSMIT, DOMANSKA & KELLNER, 2009), a legitimidade das explicações narrativas (2008), etc. Rüsen (2009) voltou seu interesse as possibilidades da comparação intercultural e, assim como LaCapra, para o trauma (LaCAPRA: 1994, 2001) e a memória (LaCAPRA, 1998). White escreveu recentemente sobre literatura de testemunho (2004). Ankersmit rumou, nos termos de Ewa Domanska (2009; ANKERSMIT, 2005), "da narrativa para a experiência": "Seu próprio interesse no problema da experiência resultou em diversas tendências na historiografia, teoria da história e na filosofia. A experiência se tornou um importante termo na história das mentalidades, do cotidiano e na micro-história" (DOMANSKA, 2009: 181).

Reflexão final

Em 1982, Dominick LaCapra criticava a fidelidade de muitos historiadores ao "modelo documentário", que privilegia a leitura de documentos visando unicamente a reconstrução inferencial da realidade, reduzindo outros textos a elementos redundantes ou meramente suplementares em relação ao contexto. Propunha, em vez disso, um modelo que incorporasse tanto a dimensão documentária da linguagem quanto a retórica (1985: 18-21), atento à leitura *dialógica* dos textos e ao lugar de fala ocupado pelo historiador em seu diálogo com o passado. Parece-nos que a adoção desta posição – que compreende a disciplina histórica como, simultaneamente, retórica e científica – é a mais capaz de fornecer o elo, cada vez menos estreito, entre a teoria da narrativa e a historiografia. Como nos lembrou Ricœur, já no outono de sua vida, a operação historiográfica não apenas lida com uma inescapável dimensão narrativa, como a faz em todas as suas etapas – por ele distinguidas como documental, explicativa/compreensiva e representativa.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

_____. *History and Tropology*: The Rise and Fall of Metaphor. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994.

_____, DOMANSKA, Ewa & KELLNER, Hans (Org.). *Re-Figuring Hayden White*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

BAILYN, Bernand. The Challenge of Modern Historiography. *The American Historical Review*, v. 87, n. 1, 1982, p. 1-24.

BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: *O Rumor da Língua*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 163-180.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Joge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1982.

BROWNING, Christopher. *Ordinary Men*: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland. New York: Harper Perennial, 1998.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARR, David. *Time, Narrative, and History*. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

_____. Narrative Explanation and its Malcontents. *History & Theory*, v. 47, n. 1, 2008, p. 19-30.

_____. Place and Time. On the interplay of historical points of view. *History and Theory. v. 40, n. 4*, 2001, p. 153-167.

CARRARD, Philippe. *Poetics of New History*: french historical discourse from Braudel to Chartier. London: John Hopkins University Press, 1992.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-89.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

CLARK, Elizabeth. *History, Theory, Text*: Historians and the Linguistic Turn. Cambridge and London: Harvard University Press, 2004.

DANTO, Arthur. *Narration and Knowledge*. New York: Columbia University Press, 1985.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória e Historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História Oral*, v. 4, 2001, p. 55-71.

DOMANSKA, Ewa. Frank Ankersmit: From narrative to experience. *Rethinking History*, v. 13, n. 2, 2009, p. 175-195.

DOSSE, François. *História em migalhas*. São Paulo: EdUSC, 2003.

DRAY, William. *Laws and Explanation in History*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

FEBVRE, Lucien. *Combates Pela História*. Lisboa: Presença, 1989.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FRIEDLÄNDER, Saul. History, Memory, and the Historian. Dilemmas and Responsibilities. *New German Critique*, n. 80, Special Issue on the Holocaust, 2000, p. 3-15.

_____. (Org.). *Probing the Limits of Representation*: Nazism and the "Final Solution". Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1992.

_____. Trauma, Memory, and Transference. In: HARTMAN, Geoffrey (Org.). *Holocaust Remembrance*: the shapes of memory. Oxford: 1994, p. 252–63.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Relações de Força*: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O Fio e os Rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDHAGEN, Daniel. *Hitler's Willing Executioners*: Ordinary Germans and the Holocaust. New York: Alfred A. Knopf, 1996.

GUREVITCH, Aaron. *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompostos*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 193-202.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century*: from scientific objectivity to the postmodern challange. Middletown: Wesleyan University Press, 2005.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

LaCAPRA, Dominick. *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. *History and Memory After Auschwitz*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

_____. *Representing the Holocaust*: History, Theory, Trauma. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EdUSC, 2005.

_____. História. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____ & NORA, Pierre (Orgs.). *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média*: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICŒUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. 3v.

RICŒUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento.* Campinas: EdUNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, 2009, p. 163-209.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória, Literatura*: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. *Past and Present*, No. 85. (Nov., 1979), pp. 3-24.

THOMPSON, Paul. História Oral e Contemporaneidade. *História Oral*, 5, 2002, p. 9-28.

WHITE, Hayden. *El Contenido de la Forma*: Narrativa, Discurso y Representación Histórica. Barcelona: Paidós Básica, 1992.

_____. *Figual Realism*: Studies in the Mimesis Effect. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

_____. Figural Realism in Witness Literature. *Parallax*, v. 10, n. 1, 2004, p. 113–24.

_____. *Meta-História*: A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: EdUSP, 1995.

_____. *Trópicos do Discurso*: Ensaios Sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: EdUSP, 1994.

VANN, Richard. The Reception of Hayden White. *History and Theory*, vol. 37, nº 2, pp. 143-161, May, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. *Foucault Revoluciona a História*. Brasília: EdUNB, 1998.